

# Planalto prepara defesa do mandato de 5 anos

## AGÊNCIA ESTADO

A Presidência da República já tem a relação nominal dos 742 convencionais do PMDB — representando o total de 885 votos — para pressioná-los com uma estratégia que assegure mandato de cinco anos para o presidente Sarney, de preferência com presidencialismo. O governo teme que os peemedebistas, na convenção nacional extraordinária de 18 a 19 de julho, se decidam pelo parlamentarismo e encurtem ainda mais o mandato de Sarney, para quatro anos, mesmo com a oposição do presidente do partido, Ulysses Guimarães, e dos governadores. Outro receio é que o Plano Bresser possa provocar, juntamente com a dívida externa, debates acirrados na convenção, e o PMDB, maior partido de apoio ao governo, deve mostrar que o plano não é recessivo nem provocará arrocho salarial.

Apesar de todas as precauções do Palácio do Planalto, o deputado Maurício Fruet (PR) — autor do requerimento que levou à convocação da convenção extraordinária — acha provável que os convencionais deixem de definir o sistema de governo e a duração do mandato do atual presidente, entregando as duas decisões à Assembléia Nacional Constituinte.

Líderes e dirigentes peemedebistas, Ulysses Guimarães inclusive, acham muito difícil assegurar para Sarney o mandato de cinco anos no presidencialismo. A solução imaginada por eles seria de um mandato de cinco anos no parlamentarismo — mesmo com as restrições do próprio presidente, de Ulysses e de quase todos os governadores.

Contraopondo-se à estratégia do Planalto, alguns setores do PMDB também têm a sua: tentar o apoio de Sarney, o menos interessado no assunto, à convocação de eleições presidenciais em 15 de novembro de 1988 — o que reduziria o mandato a quatro anos —, dando em troca a vigência do parlamentarismo apenas com a posse do próximo presidente. Isso, porque a idéia da maioria é instituir o parlamentarismo no momento da promulgação da nova Constituição.

As combinações possíveis de sis-

temas de governo com duração de mandato foram a questão predominante da conversa de ontem na residência do ministro Renato Archer. A reunião-almoço, organizada por Ulysses Guimarães, serviu para examinar os temas da convenção e da Constituinte. Archer, Ulysses e os convidados — o senador Fernando Henrique Cardoso, os deputados Pimenta da Veiga, Heráclito Fortes, e Nélson Jobim e o ministro Raphael de Almeida Magalhães — chegaram à conclusão de que o mandato de cinco anos só será aceito se adotado o parlamentarismo.

Ainda assim o Palácio do Planalto insistirá na sua estratégia de vencer os peemedebistas com direito a voto na convenção a adotarem como linha partidária o mandato de cinco anos para Sarney e manterem o presidencialismo. Tanto a Presidência quanto os governadores têm a convicção de que o parlamentarismo não tem ainda raízes nas bases do PMDB, de modo a garantir sua aceitação pelos convencionais.

Hoje à noite, desta vez em sua residência oficial, Ulysses Guimarães vai tentar de novo uma saída para o problema. Quase todos os convidados defendem a mesma tese do anfitrião — cinco anos de mandato para Sarney —, com exceção do líder Mário Covas e de Fernando Henrique, partidários do mandato de quatro anos. José Richa, Ibsen-Pinheiro, Carlos Sant'Anna, Maurício Fruet, Roberto Rollemberg, Milton Reis e Bernardo Cabral estão entre os que aceitam a vontade do presidente.

## O RISCO DA BARGANHA

Partidário dos quatro anos, Fernando Henrique Cardoso advertiu ontem que a instituição do regime parlamentarista traz um risco sério para o País: transformar o Congresso "numa grande arena de barganhas, para distribuição de cargos no governo". O senador, que participou em Campinas do encerramento do projeto "Brasil: Memória Política", promovido pela Unicamp, lembrou que "o clientelismo tem raízes muito fortes na vida política brasileira" e alertou para a necessidade de se assegurar na Constituição "uma forma de governo realmente democrática".